

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. TRIBUTO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES	25
1. Receitas originárias e receitas derivadas	25
2. O conceito constitucional de tributo	27
3. Análise do conceito do art. 3º do CTN	27
3.1 Prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir ...	28
3.2 Que não constitua sanção de ato ilícito	29
3.3 Instituída em Lei	32
3.4 Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	32
3.4.1 A privatização da Administração Tributária	33
3.4.2 Constituição de Crédito Tributário na Justiça do Trabalho	34
4. O artigo 4º do CTN	35
5. Classificações dos tributos	36
5.1 Tributos federais, estaduais, distritais e municipais	36
5.2 Tributos fiscais, extrafiscais e parafiscais	38
5.3 Tributos reais e pessoais	39
5.4 Tributos diretos e indiretos	40
6. QUADRO SINÓTICO	41
7. Súmulas aplicáveis	43
7.1 STJ	43
8. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	44
9. QUESTÃO COMENTADA	45
CAPÍTULO 2. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	47
1. Impostos	47
2. Taxas	50
2.1 A base de cálculo das taxas	51
2.2 Taxa de polícia	54
2.3 Taxas de serviço	54
2.4 Taxa e preço público	56
3. Contribuição de melhoria	57
4. Empréstimo compulsório	60
5. Contribuições	61
5.1 Características e Destinação da Arrecadação	61
5.2 Contribuições e lei complementar	65
5.3 Categorias	66
5.3.1 Contribuições sociais	67
5.3.2 Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDEs	69
5.3.3 Contribuições no interesse de categorias profissionais e econômicas	73

5.3.3.1	Contribuição sindical e contribuição confederativa	73
5.3.3.2	Conselhos profissionais e OAB	75
5.4	Normas comuns às contribuições sociais e às contribuições de intervenção no domínio econômico	78
5.5	Parafiscalidade	80
5.6	Jurisprudência do STF sobre as contribuições	80
5.6.1	Contribuição para o FGTS	81
5.6.2	Exaurimento das finalidades	83
5.6.3	PIS e COFINS sobre receitas e as instituições financeiras	84
5.6.4	Contribuições sobre atos cooperativos	87
5.6.5	Inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições sobre o faturamento (PIS e COFINS)	90
6.	Contribuição social de iluminação pública - COSIP	93
7.	QUADRO SINÓTICO	94
8.	Súmulas aplicáveis	105
8.1	STF	105
8.2	STJ	105
8.3	CARF	106
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	106
CAPÍTULO 3. LEI COMPLEMENTAR EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA		111
1.	Introdução	111
2.	Inexistência de hierarquia entre lei complementar e lei ordinária	111
3.	Tributos instituídos por lei complementar	113
4.	Análise do art. 146 da CF	113
4.1	Teorias dicotômica e tricotômica	114
4.2	O <i>status</i> de lei complementar do Código Tributário Nacional	114
4.3	Conflitos de competência em matéria tributária	115
4.4	Regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar	118
4.5	Normas gerais em matéria tributária	118
5.	QUADRO SINÓTICO	121
6.	Súmulas aplicáveis	123
6.1	STJ	123
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	123
8.	QUESTÃO PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS)	125
CAPÍTULO 4. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO		127
1.	Princípio da legalidade	127
1.1	Surgimento e previsão no direito brasileiro	127
1.2	A rejeição da “legalidade cerrada/tipicidade fechada” pela jurisprudência do STF	131
1.2.1	A complementação do aspecto quantitativo por ato infralegal	131
1.2.2	As expressões abertas na atribuição de competências tributárias, os conceitos da Economia no Direito Tributário e o anacronismo da legalidade fechada	135
1.3	Matérias não sujeitas à reserva da lei tributária	141
1.3.1	Fixação do prazo de pagamento do tributo	141
1.3.2	Atualização monetária	142
1.3.3	Obrigações acessórias	143

1.3.4	Exceções ou mitigações ao princípio da legalidade	144
1.4	Princípio da legalidade e medidas provisórias em matéria tributária	147
1.5	Princípio da exigência de lei específica para a renúncia de receitas tributárias	148
2.	Princípio da isonomia	151
3.	Princípios da irretroatividade e da anterioridade – Segurança jurídica	157
3.1	Princípio da irretroatividade	158
3.1.1	Irretroatividade e tributos de apuração anual - ascensão e queda da súmula 584 do STF	159
3.2.	Princípio da anterioridade anual	162
3.2.1	Revogação de isenções e anterioridade	164
3.2.2	Exceções ao princípio da anterioridade anual	166
3.3	Anterioridade nonagesimal (noventena)	168
3.4	Anterioridade e medida provisória	171
4.	Princípio do não confisco	173
5.	Princípio da liberdade de tráfego	176
6.	Vedações à União e não discriminação em razão da procedência ou destino	178
6.1	Uniformidade geográfica e não discriminação em razão da procedência ou destino	178
6.2	Vedação às isenções heterônomas	180
6.3	Vedação da tributação discriminatória da renda	183
7.	Direitos individuais em matéria tributária	184
7.1	Sigilo bancário	184
7.2	Sanções políticas	186
7.2.1	A apreensão de mercadorias importadas pelo não recolhimento de tributos	188
7.2.2	Hipóteses não caracterizadas como sanção política	189
7.3	Direito de petição em matéria tributária	193
7.4	Ações judiciais em matéria tributária e a inafastabilidade do controle jurisdicional	194
8.	QUADRO SINÓTICO	197
9.	SÚMULAS APLICÁVEIS	207
9.1	STF	207
9.2	STJ	208
10.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	208

CAPÍTULO 5. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS 213

1.	Competência tributária	213
1.1	Definição	213
1.2	Características da competência tributária	214
1.3	Competência tributária e repartição de receitas	218
1.4	Bitributação e <i>Bis in idem</i>	219
1.5	Interpretação das Competências Tributárias	221
2.	Imunidades tributárias	225
2.1	As Imunidades e as Competências Tributárias	225
2.2	Conceito	225
2.3	Imunidades e isenções	227
2.4	Classificação	229
2.5	Imunidade recíproca	232
2.5.1	Fundamento	232
2.5.2	“Patrimônio, renda ou serviços”	233

2.5.3	Imunidade recíproca e impostos indiretos	234
2.5.3	Imunidade recíproca extensiva	235
2.5.3.1	Finalidades essenciais	235
2.5.3.2	O caso “ <i>sui generis</i> ” da OAB	236
2.5.3.3	Exploração de atividade econômica e as empresas públicas e sociedades de economia mista	237
2.6	Imunidade dos templos de qualquer culto	243
2.6.1	Fundamento	244
2.6.2	Abrangência	244
2.6.3	Finalidades essenciais	244
2.7	Imunidade das entidades do art. 150, VI, ‘c’ – partidos políticos e suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos	245
2.7.1	Partidos políticos e entidades sindicais dos trabalhadores	245
2.7.2	Instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos	246
2.7.2.1	Finalidades essenciais e a ausência de fins lucrativos	247
2.7.2.2	Impostos indiretos	250
2.7.2.3	Requisitos da lei	251
2.8	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão ..	257
2.8.1	Fundamento e abrangência	257
2.8.2	Hipóteses não abarcadas pela imunidade	261
2.9	Imunidade de fonogramas e videogramas musicias	262
2.9.1	Fundamento e abrangência	263
2.9.2	Diálogo com acordos internacionais	264
2.10	Imunidades específicas	265
2.10.1	Imunidades específicas de impostos	265
2.10.1.1	Imunidades relativas aos impostos incidentes nas exportações – IPI e ICMS	265
2.10.1.2	Imunidade das pequenas glebas rurais	268
2.10.1.3	Imunidade do ouro definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial	269
2.10.1.4	Imunidade das operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país	269
2.10.1.5	Imunidade das prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita	270
2.10.1.6	Imunidade sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica	271
2.10.1.7	Imunidade sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, bem como sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica	272
2.10.1.8	Imunidade das operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária	274
2.10.2	Imunidades de taxas	274
2.10.3	Imunidades de contribuições	276

2.10.3.1	Imunidade da contribuição social do trabalhador e outros segurados sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social	276
2.10.3.2	Imunidade das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sobre as receitas decorrentes de exportação ...	276
2.10.3.3	Imunidade de contribuição para a seguridade social das entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei	280
3.	QUADRO SINÓTICO	288
4.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS	304
5.	QUESTÃO PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS)	306
CAPÍTULO 6. IMPOSTOS FEDERAIS		307
1.	Impostos federais	307
1.1	Imposto de importação	308
1.1.1	Fato gerador	308
1.1.5	Imposto de importação e sanção Política	314
1.2	Imposto de Exportação	315
1.2.1	Fato gerador	316
1.2.2	Contribuinte	317
1.2.3	Base de cálculo	318
1.3	Imposto sobre a renda	318
1.3.1	O conceito de renda	319
1.3.2	Fato gerador	321
1.3.3	Contribuinte	325
1.3.4	Base de cálculo	326
1.3.5	Imposto de renda e indenizações	327
1.3.6	Tributação internacional da renda	329
1.3.6.1	A tributação em bases universais e as empresas controladas e coligadas no exterior	329
1.4	Imposto sobre Produtos Industrializados	335
1.4.1	Fato gerador	336
1.4.2	Contribuinte	339
1.4.3	Base de cálculo e alíquotas	340
1.4.4	A não cumulatividade do IPI	341
1.5	Imposto sobre “operações financeiras”	348
1.5.1	Fato Gerador	349
1.5.2	Contribuinte	352
1.5.3	Base de cálculo	353
1.5.4	IOF sobre o ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial	354
1.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	354
1.6.1	Fato Gerador	355
1.6.2	Contribuinte	357
1.6.3	Base de cálculo	358
1.6.4	Imunidade das pequenas glebas rurais	360
1.6.5	Fiscalização e cobrança do ITR pelos Municípios	361
1.7	Imposto sobre Grandes Fortunas	362

1.8	Impostos Extraordinários de Guerra	362
2.	QUADRO SINÓTICO	363
3.	Súmulas aplicáveis	371
3.1	STF	371
3.2	STJ	372
4.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	372
5.	QUESTÃO DISCURSIVA (COM COMENTÁRIOS)	376
6.	QUESTÕES PARA TREINAR (SEM COMENTÁRIOS)	376
CAPÍTULO 7. IMPOSTOS ESTADUAIS		379
1.	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação	381
1.1	Fato gerador	382
1.2	Contribuintes	383
1.3	Base de cálculo	383
2.	Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	384
2.1	Fato gerador	384
2.1.1	Operações de circulação de mercadorias	384
2.1.2	Prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal	388
2.1.3	Prestação de serviços de comunicação	389
2.2	Contribuinte	389
2.3	Base de cálculo	390
2.4	ICMS na importação	392
2.5	ICMS e operações de arrendamento mercantil	396
2.6	A não cumulatividade do ICMS	399
2.7	Fornecimento de mercadorias em conjunto com a prestação de serviços	402
2.8	ICMS nas operações interestaduais	403
2.9	Convênios do CONFAZ e os benefícios fiscais do ICMS	406
2.10	Imunidades do ICMS	407
2.11	ICMS e substituição tributária progressiva	413
2.12	Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor	416
2.12.1	Fato gerador	416
2.12.2	Contribuintes	418
2.12.3	Base de cálculo	419
3.	QUADRO SINÓTICO	420
4.	Súmulas aplicáveis	426
4.1	STF	426
4.2	STJ	427
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	427
CAPÍTULO 8. IMPOSTOS MUNICIPAIS		429
1.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	429
1.1	Fato gerador	429
1.2	Contribuinte	432
1.3	Base de cálculo	434
1.4	Progressividade	434

2.	Imposto sobre a transmissão “ <i>inter vivos</i> ”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição	436
2.1	Fato gerador	437
2.2	Contribuinte	438
2.3	Base de cálculo	439
2.4	Imunidade específica do ITBI	439
3.	Imposto sobre Serviços	442
3.1	Fato gerador	442
3.2	Contribuinte	445
3.3	Base de cálculo	446
3.4	Conflitos entre ISS e ICMS	449
3.5	Importação e exportação de serviços	451
3.6	O ISS na economia digital - robôs, <i>software as a service</i> e <i>streaming</i>	452
4.	QUADRO SINÓTICO	455
5.	Súmulas aplicáveis	460
5.2	STF	460
5.3	STJ	460
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	461
CAPÍTULO 9. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA		465
1.	Introdução	465
1.1	Leis tributárias	466
1.2	Tratados e Convenções Internacionais - o art. 98 do CTN	466
1.2.1	Conflito entre tratados e a legislação doméstica (não tributária e tributária)	466
1.2.2	Os tratados sobre comércio internacional - GATT e GATS	472
1.3	Decretos	473
1.4	Normas complementares	475
2.	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária	478
2.1	Validade, vigência e eficácia	478
2.2	Vigência da legislação tributária	479
2.2.1	Vigência espacial da legislação tributária	480
2.2.2	Vigência temporal da legislação tributária	481
2.3	Aplicação da legislação tributária	484
2.3.1	Aplicação da legislação tributária aos fatos geradores futuros e pendentes	484
2.3.2	Hipóteses de retroatividade da legislação tributária	485
2.3.2.1	Retroatividade da lei interpretativa	485
2.3.2.2	Retroatividade da lei mais benéfica	490
3.	Interpretação e Integração da Legislação Tributária	493
3.1	Métodos de interpretação	494
3.2	Diferença entre interpretação e integração	495
3.3	Integração no direito tributário	496
3.4	Legislação tributária e direito privado	500
3.5	Consideração econômica do fato gerador e a jurisprudência do STF acerca do art. 110 do CTN	503
3.6	O conceito de faturamento e o art. 110 do CTN	505

3.7	Interpretação literal	507
3.8	Interpretação benigna	510
4.	QUADRO SINÓTICO	514
5.	Súmulas aplicáveis	522
5.1	STF	522
5.2	STJ	522
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	522
7.	QUESTÃO DISCURSIVA COM COMENTÁRIOS	523
CAPÍTULO 10. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E FATO GERADOR		525
1.	Introdução	525
2.	Obrigação tributária principal	526
3.	Obrigação tributária acessória	527
3.1	Função da legislação tributária na criação das obrigações acessórias	527
3.2	Caráter positivo ou negativo	529
3.3	O interesse na arrecadação e fiscalização de tributos como uma limitação às obrigações acessórias	529
3.4	A “conversão” da obrigação acessória em obrigação principal	531
3.5	Críticas à expressão “obrigação acessória” - a expressão “deveres instrumentais” como alternativa	531
4.	Fato gerador - as concepções sobre a nomenclatura utilizada pelo CTN	533
5.	Fato gerador como situação de fato ou situação de direito	533
6.	O art. 118 do CTN e o <i>pecunia non olet</i> - tributação de atos ilícitos e interpretação objetiva do fato gerador	534
7.	A dissimulação da ocorrência do fato gerador - o parágrafo único do art. 116 como norma geral antielisiva	537
8.	Atos ou negócios jurídicos condicionais no fato gerador	541
9.	Sujeitos da relação jurídico-tributária	542
9.1	Sujeito ativo	542
9.2	Sujeito passivo	543
9.2.1	Sujeição passiva e convenções particulares	544
9.2.2	Solidariedade na sujeição passiva	545
9.2.2.1	Espécies de solidariedade tributária - interesse comum e previsão em lei	545
9.2.2.2	Efeitos da solidariedade	548
9.2.3	Capacidade tributária passiva	550
9.2.4	Domicílio tributário	551
10.	A Regra-matriz de incidência tributária	553
11.	QUADRO SINÓTICO	556
12.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	562
CAPÍTULO 11. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA		565
1.	Noções gerais de responsabilidade tributária	565
2.	Responsabilidade por substituição e responsabilidade por transferência	567
2.1	Responsabilidade por substituição - substituição “para frente” e “para trás” ...	567
2.2	Responsabilidade por transferência	568
2.2.1	Responsabilidade dos sucessores	569
2.2.1.1	Responsabilidade dos sucessores na aquisição de bens imóveis ...	570

2.2.1.2	Responsabilidade dos sucessores na aquisição de bens móveis	573
2.2.1.3	Responsabilidade dos sucessores <i>causa mortis</i>	574
2.2.1.4	Responsabilidade na sucessão empresarial	576
2.2.1.4.1	Sucessão por fusão, transformação, incorporação ou cisão	576
2.2.1.4.2	A responsabilidade do sócio remanescente na extinção da pessoa jurídica	579
2.2.1.4.3	Responsabilidade pela aquisição de fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional	579
2.2.2	Responsabilidade de terceiros	583
2.2.2.1	Responsabilidade de terceiros do art. 134	583
2.2.2.2	Responsabilidade de terceiros do art. 135	585
2.2.3	Responsabilidade por infrações	589
2.2.3.1	Responsabilidade “objetiva” do art. 136 do CTN	589
2.2.3.2	Responsabilidade pessoal do “agente” do art. 137 do CTN	590
3.	Denúncia espontânea	592
3.1	Multas excluídas pela denúncia espontânea	594
3.2	Denúncia espontânea e depósito judicial	594
3.3	Denúncia espontânea e obrigações acessórias (deveres instrumentais)	595
3.4	Denúncia espontânea e parcelamento	596
3.5	Denúncia espontânea e compensação	596
3.6	Denúncia espontânea e tributos sujeitos a lançamento por homologação	597
4.	Responsabilidade autônoma na dissolução regular	599
5.	Responsabilidade tributária e incidente de desconsideração da personalidade jurídica	600
6.	QUADRO SINÓTICO	602
7.	Súmulas aplicáveis	612
7.2	STJ	612
7.2	CARF	612
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	613
9.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS	614
CAPÍTULO 12. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO		617
1.	Conceito do crédito tributário	617
2.	Lançamento	619
2.1	Natureza do lançamento - ato ou procedimento	621
2.2	Eficácia do lançamento - declaratória ou constitutiva	621
2.3	Lançamento e constituição do crédito tributário como atos privativos e atuação do sujeito passivo	623
2.4	Data do fato gerador e data da prática do ato - critérios de aplicação da lei	624
2.5	Alteração do lançamento por provocação do sujeito de ofício ou pelo “recurso de ofício”	627
2.6	A modificação de critério jurídico e o erro de direito no lançamento	629
2.7	Modalidades do lançamento	633
2.7.1	Lançamento de ofício	633
2.7.2	Lançamento por declaração	635
2.7.3	Lançamento por homologação ou “autolancamento”	636

2.8	Revisão de lançamento	640
2.9	Arbitramento	642
3.	QUADRO SINÓTICO	644
4.	Súmulas aplicáveis	648
4.1	STJ	648
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	649
6.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS	650
CAPÍTULO 13. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		651
1.	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário e seus efeitos	651
2.	O rol das causas de suspensão da exigibilidade e sua taxatividade	653
2.1	Moratória	654
2.1.1	Moratória em caráter geral	656
2.1.2	Moratória em caráter individual	657
2.2	Depósito judicial do montante integral	660
2.3	Reclamações e recursos administrativos	662
2.4	Concessão de medida liminar em mandado de segurança e concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial	665
2.5	Parcelamento	667
3.	QUADRO SINÓTICO	670
4.	Súmulas aplicáveis	673
5.	QUESTÃO DE CONCURSO PÚBLICO	674
CAPÍTULO 14. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		675
1.	Extinção do crédito tributário, extinção da obrigação tributária sem crédito tributário e declaração de inexistência de obrigação e crédito	675
2.	O rol das modalidades de extinção do crédito tributário	677
2.1	Pagamento	679
2.1.1	Cumulação de tributo e multa tributária	680
2.1.2	Inexistência de presunção de pagamento	680
2.1.3	Local do pagamento	682
2.1.4	Tempo do pagamento	682
2.1.5	Consulta	685
2.1.6	Forma de pagamento	685
2.1.7	Imputação de pagamento	686
2.1.8	Consignação em pagamento	688
2.1.9	Pagamento indevido e sua restituição	690
2.1.9.1	Restituição de tributos indiretos	692
2.1.9.2	Terceiro que paga tributo por obrigação contratual e repetição do indébito	696
2.1.9.3	Restituição e incidência de juros	697
2.1.9.4	Prazos para restituição	701
2.1.9.5	Prazo da ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição	706
2.2	Compensação	708
2.2.1	Compensação Tributária e Compensação no Direito Civil	710
2.2.2	Compensação Tributária na Esfera Federal	710
2.2.3	Compensação Tributária e Precatórios	715

2.2.4	Trânsito em Julgado da Ação que Reconhece o Pagamento Indevido	717
2.3	Transação	719
2.3.1	A transação tributária e o negócio jurídico processual	722
2.3.2	Transação de créditos tributários e a indisponibilidade do interesse público	722
2.3.3	Transação na esfera federal	723
2.4	Remissão	728
2.5	Conversão do depósito em renda	732
2.6	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º	732
2.7	Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164	733
2.8	Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória	736
2.9	Decisão judicial passada em julgado	738
2.10	Dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei	739
3.	QUADRO SINÓTICO	740
4.	Súmulas aplicáveis	753
4.1	STF	753
4.2	STJ	753
4.3	CARF	754
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	754
6.	QUESTÃO DISCURSIVA COM COMENTÁRIOS	755
CAPÍTULO 15. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO		757
1.	Decadência e Prescrição	757
2.	Decadência	758
2.1	As regras de contagem do prazo decadencial previstas no art. 173 do CTN	760
2.2	Regra de contagem do prazo decadencial prevista no art. 150, § 4º do CTN	772
2.3	Lançamento preventivo da decadência e a “suspensão fática” do prazo decadencial	773
3.	Prescrição	775
3.1	Termo inicial da contagem da prescrição	777
3.1.1	Termo inicial do prazo prescricional nos tributos sujeitos a lançamento de ofício e por declaração	777
3.1.2	Termo inicial do prazo prescricional nos tributos sujeitos a lançamento por homologação	779
3.2	Suspensão e interrupção da prescrição	781
3.2.1	Suspensão da prescrição	782
3.2.2	Causas de interrupção da prescrição para a cobrança do crédito tributário	783
3.3	Prescrição intercorrente	790
3.3.1	Prescrição intercorrente no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais	791
3.3.2	Prescrição para o redirecionamento	797
4.	QUADRO SINÓTICO	799
5.	Súmulas aplicáveis	809
5.2	STF	809
5.3	STJ	809
5.4	CARF	810
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	810
7.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS	812

CAPÍTULO 16. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	813
1. Introdução	813
2. Isenção	814
2.1 Natureza jurídica da isenção	814
2.2 Disciplina da isenção no CTN	815
2.3 Interpretação jurisprudencial da isenção do art. 7º, XIV da Lei 7.713/1988	818
3. Anistia	820
4. QUADRO SINÓTICO	824
5. Súmulas aplicáveis	827
6. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	827
CAPÍTULO 17. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	829
1. Conceitos introdutórios	829
2. Garantias do crédito tributário	830
2.1 Fraude à execução tributária	831
2.2 Indisponibilidade de bens e direitos	833
2.2.1 A “penhora online” do CPC não se confunde com a indisponibilidade de bens e direitos do art. 185-A do CTN	836
2.2.2 Medida cautelar fiscal e indisponibilidade de bens e direitos do CTN	838
2.3 Reserva de bens suficientes nos processos de falência e recuperação judicial	839
2.4 Garantia de quitação de tributos para a extinção das obrigações do falido	840
2.4.1 A “prova de quitação de todos os tributos” e a “certidão positiva com efeitos de negativa”	842
2.4.2 Encerramento da falência e ausência de bens: a extinção da execução fiscal sem a imediata extinção da dívida tributária	844
2.5 Garantia de quitação de todos os tributos para a concessão de recuperação judicial	846
2.6 Quitação de tributos relativos ao espólio para que seja proferida sentença de partilha ou adjudicação	851
2.7 Quitação de tributos para participação em concorrência pública e celebração de contratos com o Poder Público	854
3. Privilégios do crédito tributário	855
3.1 Preferências do crédito tributário	858
3.2 Não sujeição do crédito tributário ao concurso (formal) de credores	861
3.3 Concurso de preferência entre os entes tributantes	864
3.4 Preferência do crédito tributário na sucessão da pessoa física e na liquidação da pessoa jurídica	865
4. QUADRO SINÓTICO	868
5. Súmulas aplicáveis	881
5.1 STF	881
5.2 STJ	881
5.3 TCU	881
6. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	881
7. QUESTÃO DISCURSIVA COM COMENTÁRIOS	882
CAPÍTULO 18. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	883
1. Panorama constitucional e amplitude da administração tributária no CTN	883
2. Fiscalização	884

2.1	Poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização	885
2.2	Formalização do início do procedimento de fiscalização	888
2.3	Terceiros obrigados a prestar informações à autoridade fiscal	890
2.4	Vedação ao Fisco da divulgação das informações obtidas sobre a situação econômica do sujeito passivo	892
2.5	Possibilidade de divulgação de informações obtidas pela administração tributária	894
2.5.1	Representação fiscal para fins penais	895
2.5.2	Inscrições na Dívida Ativa da Fazenda pública	896
2.6	Cooperação interna e internacional entre administrações tributárias	898
3.	Dívida Ativa	900
3.1	Presunção de liquidez e certeza	902
3.2	Requisitos do termo de inscrição e da certidão de dívida ativa (CDA)	904
3.3	Substituição da CDA e devolução do prazo para defesa	905
4.	Certidões	906
4.1	Certidão negativa	909
4.2	Certidão positiva com efeitos de negativa	910
5.	QUADRO SINÓTICO	912
6.	Súmulas aplicáveis	920
6.2	STF	920
6.3	STJ	921
6.4	CARF	921
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	921
8.	QUESTÕES DISCURSIVAS COM COMENTÁRIOS	922
REFERÊNCIAS		923